

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

|                               | YEARLY<br>(Annual) | HALF-YEARLY<br>(Semestral) | QUARTERLY<br>(Trimestral) |
|-------------------------------|--------------------|----------------------------|---------------------------|
| All 3 series<br>(As 3 series) | Rs. 40/-           | Rs. 24/-                   | Rs. 18/-                  |
| I Series                      | Rs. 2/-            | Rs. 12/-                   | Rs. 9/-                   |
| II Series                     | Rs. 16/-           | Rs. 10/-                   | Rs. 8/-                   |
| III Series                    | Rs. 20/-           | Rs. 12/-                   | Rs. 9/-                   |

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acrésc. o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

### SUPPLEMENT

#### (SUPLEMENTO)

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN  
AND DIU

GOVERNO DE GOA, DAMÃO  
E DIO

The Village Panchayats Election Disputes Rules, 1962

Normas para contestação de eleição para Panchayats  
aldeanos, promulgadas em 1962

In exercise of the powers conferred by clause (c) sub-section 2 of the section 65 of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulation, 1962 I hereby make the following rules:

Short title. 1. These rules may be called the Goa, Daman and Diu Village Panchayats Election Disputes Rules, 1962.

Definitions. 2. In these rules unless the context otherwise requires:

(a) «candidate» means a person who has been or claims to have been duly nominated as a candidate at any election, and any such person shall be deemed to have been a candidate as from the time when, with the election is prospect, he began to hold himself out as a prospective candidate;

(b) «costs» means all costs, charges and expenses of, or incidental to a trial of an election petition;

(c) «pleader» means any person entitled to appear and plead for another in a civil court within

No uso das faculdades conferidas pela alínea c) do n.º 2.º do artigo 65.º da Lei de «Panchayats» aldeanos de Goa, Damão e Dio, de 1962, determino o seguinte:

Prólogo.

1. Estas normas denominar-se-ão «Normas para contestação de eleições para Panchayats aldeanos», promulgadas em 1962.

Definições.

2. Nestas normas se pelo contexto outra significação não se tornar evidente:

(a) «candidato» significa toda a pessoa que tenha sido ou alegue ter sido devidamente proposta como candidato para qualquer eleição e qualquer pessoa nessas condições será considerada como tendo sido candidato desde o momento em que ela, com a eleição já anunciada, passou a considerar-se com um dos candidatos para a mesma.

(b) «custas» significam todas as despesas emolumentos e outros encargos ou despesas incidentais para decisão de uma reclamação eleitoral.

(c) «advogado» significa qualquer pessoa qualificada para defender outrem num tribunal civil

the territory of Goa, Daman and Diu.

(d) «returned candidate» means a candidate declared elected at a village Panchayat election.

Election Petitions.

3. No election shall be called in question except by an election petition which shall be in form A and shall be presented in accordance with the provisions of these rules.

Presentation of petitions.

4. (1) An election petition calling in question any election may be presented in person or through pleader to the Chief Secretary or any officer appointed by him in this behalf to hear and decide election disputes by any candidate at such election or any elector within 15 days from the date of declaration of the result of the election.

*Explanation.* In this sub section «elector» means a person who was entitled to vote at the election to which election petition relates, whether he has voted at such election or not.

(2) The application shall be accompanied by a certified copy of the order of the Returning Officer and shall also be accompanied by the equal number of copies of the application as there are respondents.

Provided that the time reasonably required for obtaining a certified copy of the Returning Officer's order shall be excluded from the period of 15 days mentioned in rule 4 (1) above.

Process fees.

5. At the time of filing an election petition the Petitioner or his pleader shall pay in the Government Treasury a process fee of Rs. 3/- in cash and attach the challan to the petition.

Contents of Petition.

6. An election petition shall contain a concise statement of material facts on which the petitioner relies and shall be signed by the petitioner.

Procedure before the officer appointed to hear & decide election disputes.

7. The officer appointed to hear and decide election disputes shall, as soon as may be, fix a date for hearing of the petition and issue notices in Form B to the parties to the petition. A copy of the petition shall be served on each respondent along with notice in Form B, which shall be served not less than seven days in advance of the date fixed for hearing.

Power of the officer to dismiss the petition.

8. On the day fixed for hearing under rule 7 if the petitioner remains absent without reasonable cause, the officer appointed to hear and decide the petition shall dismiss it with costs.

Provided that the officer appointed to hear and decide the petition may review

dentro do território de Goa, Damão e Diu.

(d) «candidato eleito» significa candidato declarado eleito em qualquer eleição para Panchayat aldeano.

Reclamação eleitoral.

3. Nenhuma eleição poderá ser contestada senão mediante reclamação eleitoral formulada de harmonia com as disposições das presentes normas e nos termos do modelo A.

Apresentação de reclamações.

4. (1) Uma reclamação contestando qualquer eleição pode ser formulada, pessoalmente ou por intermédio do advogado, perante o Secretário-Chefe ou qualquer Oficial por ele designado para instruir e decidir reclamações contra eleições, por qualquer candidato para aquela eleição ou por qualquer eleitor, dentro do prazo de 15 dias contados da data da declaração do resultado da eleição.

*Esclarecimento.* Neste número «eleitor» quer dizer uma pessoa que tinha direito ao voto na eleição a que a reclamação diz respeito, quer ela tivesse ou não utilizado do mesmo direito.

(2) O requerimento deverá ser acompanhado de uma cópia autenticada do mandado do oficial escrutinador, devendo igualmente ser juntas tantas cópias do requerimento quantos forem os reclamados.

O tempo razoável necessário para a obtenção da cópia autenticada do mandado do oficial escrutinador será excluído do prazo de 15 dias mencionado na acima referida norma 4.

Taxa de processo.

5. Para formular uma reclamação contra uma eleição, o reclamante ou seu advogado deverá pagar na tesouraria do Estado uma taxa de processo na importância de 3 rupias, em dinheiro, e juntar ao requerimento a respectiva guia de pagamento.

Conteúdo da reclamação.

6. Toda a reclamação eleitoral deverá conter uma declaração concisa dos factos materiais em que o reclamante se apoie e será assinada por ele.

Formalidades a serem seguidas pelo oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais.

7. O oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais fixará o mais cedo possível a data para declarações sobre a reclamação e expedirá avisos aos reclamantes nos termos do modelo B. Uma cópia da reclamação, acompanhada do aviso nos termos do modelo B, será enviada a cada um dos reclamantes, com antecipação mínima de pelo menos 7 dias em relação a data fixada para declarações.

Poderes do Oficial para desatender a reclamação.

8. Se na data fixada para declarações ao abrigo da norma 7, o reclamante deixar de comparecer sem motivo justificado, o oficial designado para instruir e decidir reclamações, poderá mandar arquivá-la, com custas pelo reclamante.

O oficial designado para instruir e decidir reclamações poderá contudo revogar essa sua decisão se, dentro de 7 dias con-

his order if within seven days from the date of the order the petitioner shows valid ground for his absence to the satisfaction of the officer.

Power of the officer to decide the petition *ex parte*.

9. If on the day fixed for hearing under rule 7 the respondent or respondents remain absent without reasonable excuse, the officer appointed to hear and decide the petition shall decide it *ex parte*.

Provided that the officer appointed to hear and decide the petition may review his order if within seven days from the date of order the respondent shows valid ground for his absence to the satisfaction of the officer.

Powers of the officer appointed to hear & decide Election disputes.

10. The officer appointed to hear and decide election disputes shall have the powers of:

- (a) summoning witnesses by a notice in Form C;
- (b) enforcing the attendance of the parties to the dispute or their witnesses and requiring the deposit of their expenses;
- (c) compelling the production of documents;
- (d) examining witnesses on oath;
- (e) receiving evidence taken on affidavit;
- (f) issuing commissions for the examination of witnesses, and may summon and examine *suo motu* any person whose evidence appears to him to be material.

*Explanation:* For the purpose of enforcing the attendance of witnesses, the jurisdiction of the officer appointed to hear and decide election disputes shall extend to the entire Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Expenses of witnesses.

11. The reasonable expenses incurred by any person summoned to give evidence may be allowed by the officer appointed to hear and decide election disputes to such person and shall, unless the Officer appointed to hear and decide election disputes otherwise directs, be deemed to be part of the costs. The expenses of witnesses summoned at the request of the parties shall be borne by the respective party and those of the witnesses examined *suo motu* shall be paid by Government and they shall be deemed to form part of the costs.

Decision of the officer appointed to hear & decide election disputes.

12. At the conclusion of the hearing of election petition the officer appointed to hear and decide election disputes shall make an order:

- (a) dismissing the election petition; or
- (b) declaring the election of the returned candidate to be void; or

tados da data da mesma, o reclamante produzir justificação válida e que satisfaça ao referido oficial, em relação ao seu não comparecimento.

Poderes do oficial para decidir as reclamações *ex parte*.

9. No caso em que, na data fixada para declarações ao abrigo da norma 7, o reclamado ou os reclamados deixarem de comparecer sem motivo justificado, o oficial designado para instruir e decidir a reclamação poderá fazê-lo *ex parte*.

O oficial designado para instruir e decidir reclamações poderá, porém, reconsiderar a sua decisão se dentro de 7 dias contados da data da mesma o reclamado apresentar justificação válida e que satisfaça ao referido oficial.

Poderes do oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais.

10. O oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais terá poderes para:

- (a) solicitar o comparecimento de testemunhas mediante aviso nos termos do modelo C;
- (b) determinar o comparecimento das partes interessadas na disputa ou das suas testemunhas e exigir o depósito para suas despesas;
- (c) exigir a apresentação de documentos;
- (d) inquirir testemunhas, depois de prestarem juramento;
- (e) aceitar depoimentos mediante declarações, prestadas sob juramento perante um magistrado;
- (f) expedir cartas precatórias para inquirição de testemunhas, podendo intimar e inquirir *suo motu* qualquer pessoa cujo depoimento se lhe afigure ser importante.

*Esclarecimento:* Para os fins de exigência do comparecimento de testemunhas, a jurisdição do oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais estender-se-á ao inteiro território de Goa, Damão e Diu.

Despesas das testemunhas.

11. As despesas em importâncias razoáveis que tenham sido feitas por qualquer pessoa notificada para comparecer para prestar depoimento poderão ser abonadas a mesma pessoa pelo oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais e serão consideradas, caso o referido oficial não disponha de outro modo, como parte de custas. As despesas de testemunhas intimadas à solicitação das partes serão suportadas pelas mesmas partes e as das testemunhas inquiridas *suo motu* serão pagas pelo Governo, considerando-se como fazendo parte das custas.

Decisão do oficial designado para instruir e resolver reclamações eleitorais.

12. O oficial designado para instruir e decidir reclamações eleitorais, quando tiver completado a instrução de uma reclamação, emitirá a sua decisão:

- (a) desatendendo a reclamação; ou
- (b) declarando nula a eleição do candidato eleito; ou

- (c) declaring the election of the returned candidate to be void and the petitioner or any other candidate to have been duly elected; or
- (d) declaring the election to be wholly void; and
- (e) fixing the total amount of costs payable, and specifying the persons by and to whom costs shall be paid.

Orders of the officer appointed to hear & decide election disputes to be final & conclusive.

Costs.

13. Every order of the officer appointed to hear and decide election disputes made under these rules shall be final and conclusive.

14. Costs including pleaders' fees shall be in the discretion of the officer appointed to decide election disputes.

Execution of orders as to costs.

15. Any order as to costs under the provisions of these Rules may be produced before the principal civil court of original jurisdiction within the local limits of whose jurisdiction any person directed by such order to pay any sum of money has a place of residence or business and such court shall execute the order or cause the same to be executed in the same manner and by the same procedure as if it were a decree for the payment of money made by itself in a suit.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

*T. Sivasankar*

Panjim, 10th October, 1962.

#### FORM No. A

(Section 16 (1) of the Regulation)

In the court of ...

Shri ... petitioner  
(complete address to be given)

VS

Shri ... Respondent  
(complete address to be given)

Petition under s. 16(1) of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulation 1962.

The petitioner respectfully sheweth as under:

The petitioner is an elector and his name appears in the electoral roll for village Panchayat of ... at S. no. ...

The respondent was a candidate for village Panchayat Election and is declared to be elected as a member of the Panchayat of the village ... on ...

Grounds on which the petitioner relies:

- (1) ...
- (2) ...
- (3) ...

etc. etc.

In support of the above, the petitioner relies on the following documentary evidence:

- (1)
- (2)
- (3)

etc. etc.

- (c) anulando a eleição do candidato eleito e declarando o reclamante ou qualquer outro candidato como tendo sido devidamente eleito; ou

- (d) declarando a eleição totalmente nula; e

- (e) fixando o quantitativo total de custas a serem pagas com especificação de pessoas pelas quais e a quem as custas deverão ser pagas.

As decisões do oficial designado para instruir e resolver reclamações eleitorais são finais e insusceptíveis de recurso.

Custas.

13. Toda a decisão do oficial designado para instruir e resolver reclamações eleitorais, tomada ao abrigo destas normas, será final e insusceptível de recurso.

14. A fixação de custas, incluindo os honorários do advogado, ficará à discrição do oficial designado para resolver reclamações eleitorais.

Executividade de decisões quanto a custas.

15. Qualquer decisão referente a custas, ao abrigo das presentes normas, poderá ser apresentada ao tribunal civil da 1.ª instância em cuja jurisdição fique situada a residência ou o local de ocupação da pessoa contra quem tenha sido passada a ordem de pagamento de qualquer importância em dinheiro e o mesmo tribunal providenciará para tornar a ordem executória da mesma forma e mediante as mesmas formalidades como se tratasse de uma sentença para pagamento de uma importância em dinheiro dada pelo mesmo tribunal em qualquer causa.

O GOVERNADOR-TENENTE

*T. Sivasankar*

Pangim, 10 de Outubro de 1962.

#### MODELO A

(Artigo 16.º, n.º 1) da lei)

No tribunal de ...

Sr. ... Reclamante  
(indicar o endereço completo)

contra

Sr. ... Reclamado  
(indicar o endereço completo)

Reclamação ao abrigo do artigo 16.º n.º 1) da Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Diu, 1962.

O reclamante respeitosamente expõe o que segue:

O reclamante é um eleitor e o seu nome figura no caderno eleitoral organizado para os efeitos do Panchayat da aldeia de ... sob o n.º ...

O reclamado era candidato para a eleição do Panchayat aldeano e é declarado eleito como vogal do Panchayat da aldeia de ... em ...

Razões em que o reclamante se apoia:

- (1) ...
- (2) ...
- (3) ...

etc., etc.

Em reforço do que acima se expôs, o reclamante baseia-se na seguinte prova documental:

- (1) ...
- (2) ...
- (3) ...

etc., etc.

The petitioner desires to cite the following persons as his witnesses:

- (1)  
(2)  
(3)  
etc. etc.

(Here state whether the persons are to be summoned by the officer).

Place ...  
Date ...

Signature

#### FORM B

(Notice under Rule 7, made under S. 65(2) (c) of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats, Regulations 1962).

To

... of ...

Whereas your attendance is necessary to answer the allegations made against you regarding the validity of your Election as a member to the Panchayat of ... you are hereby required to appear in person before me, at ... on ... at ... o'clock.

Please take note that the petition shall be dismissed/be heard ex-parte if you remain absent on the said day and time fixed for hearing of the petition.

Place ...  
Date ...

Signature

#### FORM C

(Notice under Rule 10(a), made under S. 65(2) (c) of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats, Regulations 1962).

To

... of ...

Whereas a petition has been filed before me that Mr. ... of ... is elected as a member to the Village Panchayat of ... against the provisions of the said Regulation or Rules and orders made thereunder, and whereas it appears to me that you are likely to give or produce material evidence in support of the applicant/the opponent.

Now, you are hereby asked to appear before the undersigned at ... on the ... day of ... at ... o'clock to testify what you know concerning the matter of the petition and not to depart thence without leave of the undersigned, and you are hereby warned, that if you shall without just excuse neglect or refuse to appear on the said date, you shall be liable to be proceeded against under the law for the time being in force.

Place ...  
Date ...

Signature

O reclamante deseja indicar as seguintes pessoas como suas testemunhas:

- (1) ...  
(2) ...  
(3) ...  
etc., etc.

(Declarar aqui se o comparecimento das pessoas indicadas deve ser solicitado pelo oficial).

Localidade ...  
Data ...

Assinatura

#### MODELO B

(Aviso ao abrigo da norma 7.<sup>a</sup> feito nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 65 da Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Diu, 1962).

Ao ... de ...

Sendo necessário a sua presença a fim de responder as alegações feitas contra V. em relação a validade da sua eleição como membro do Panchayat de ... solicita-se o seu comparecimento em pessoa perante mim em ... no dia ... às ... horas.

Pede-se notar que a reclamação será desatendida/prosseguida ex-parte caso V. não comparecer no dia e horas fixados para a prestação de declarações relacionadas com a reclamação.

Localidade ...  
Data ...

Assinatura

#### MODELO C

(Aviso ao abrigo da norma 10 (a) feito nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 65 da Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Diu, 1962).

Ao ... de ...

Tendo sido formulada perante mim uma reclamação no sentido de que o Sr. ... de ... foi eleito vogal do Panchayat Aldeano de ... em contravenção das disposições da referida lei e das normas ou ordens expedidas ao abrigo da mesma e afigurando-se-me que V. está em condições de dar ou produzir prova relevante em abono do reclamante/reclamado, solicito o comparecimento de V. perante o signatário em ... no dia ... às ... horas para depôr o que souber em relação ao assunto da reclamação e de não sair desse lugar sem autorização do signatário.

Levo mais ao conhecimento de V. que na hipótese de deixar de ou recusar-se a comparecer na referida data, sem motivo justificado V. ficará sujeito ao procedimento nos termos da lei presentemente em vigor.

Localidade ...  
Data ...

Assinatura